

1 **ATA DA 43ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAOPÉBA, REALIZADA EM 05 DE**
3 **SETEMBRO DE 2025**

4 Aos dias 05 de setembro de 2025, os conselheiros do Comitê de Bacia
5 Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) reuniram-se para a realização
6 da 43ª Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba, no Plenário Isaías de
7 Barros Abreu da sede do comitê, localizada na rua Inconfidência, 254, Centro,
8 Betim. **Conselheiros presentes:** Eli Carlos Coimbra – EMATER, Marcela
9 Cristina – SEMAD, Rodrigo Gonçalves – Município Betim, Viviane Pires –
10 Município de Ouro Preto, Natália de Vasconcelos – Município de Jaceaba, Alex
11 de Menezes – Município de Ibirité, Aline Cardoso – Município de Rio Manso,
12 Márcia Cristina – Município de Caetanópolis, Alessandro de Oliveira – COPASA,
13 Rafael Tavares – IBRAM, Priscila Gonçalves – FIEMG, Andréa de Oliveira – CSN
14 Mineração S/A, Gabriel Maciel – Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme
15 da Silva – FAEMG, Vanessa Costa – Vale S/A, Gabriela Andersen –
16 SINDIEXTRA, Winston Caetano – Associações Veredas & Cerrados, Germano
17 Luiz – OAB, Adilson Ramos – SINDÁGUA, Arnaldo Freitas – CEFET, Heleno
18 Maia – IHMBIO, Altino Rodrigues – Instituto Ibi Auá – Gente da Terra, Maria
19 Letícia – CPRM, Maria de Lourdes – IGAM, Fúlvio Rodriguez – EPAMIG, Lauro
20 Batista – IEF, **Participaram também:** Ohany Ferreira, Taís Guimarães, Gisele
21 Nobre e Elaine de Oliveira Pereira – Agência Peixe Vivo (APV); Melissa Barroso
22 e José Eduardo. **Pauta:** **1 Item.** Abertura da sessão e verificação de quórum. **2**
23 **Item.** Apresentação, discussão e votação da minuta de ata da 42ª Reunião
24 Extraordinária, realizada em 09 de julho de 2025. **3 Item.** Eleição e Posse da
25 Diretoria do CBH Paraopeba, Gestão 2025-2027. **4 Item.** Discussão e
26 deliberação sobre doação para manutenção da sede do CBH Paraopeba. **5 Item.**
27 Discussão e Deliberação da minuta da DN que cria a comissão permanente de
28 revisão de atos relacionados às atividades críticas em processos de doação e
29 parcerias no âmbito do CBH Paraopeba, e dá outras providências. **6 Item.**
30 Discussão e Deliberação da minuta da DN que dispõe sobre as diretrizes para o
31 recebimento de doações de bens, recursos e serviços por pessoas físicas ou
32 jurídicas ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, e dá outras
33 providências. **7 Item.** Discussão e Deliberação da minuta da DN que altera a
34 composição do Grupo de Trabalho do Fórum Águas do Paraopeba (GT Fórum)
35 e dá outras providências. **8 Item.** Informes: 8.1. I Fórum Águas do Paraopeba
36 8.2. Evento balanço da gestão da Diretoria – 25/08/2025. **9 Item.** Assuntos
37 Gerais. **10 Item.** Encerramento.**1. Abertura da sessão e verificação de**
38 **quórum.** A reunião começa com a execução do hino nacional brasileiro. Após,
39 o Presidente do CBH Paraopeba, o Sr. Heleno Maia, inicia a reunião, desejando
40 boas-vindas e agradecendo a presença de todos e todas. O presidente verifica
41 que existe quórum e dá início a próxima pauta. **2. Apresentação, discussão e**
42 **votação da minuta de ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de**
43 **julho de 2025.** O Presidente do CBH Paraopeba informa que a ata foi
44 previamente encaminhada por e-mail aos membros e propõe a dispensa da
45 leitura, colocando o documento em discussão. Andréa de Oliveira observa que,
46 na última reunião, houve manifestação de representantes da entidade ligada à
47 Serra do Elefante, que se comprometeram a encaminhar o limite da Unidade de
48 Conservação, mas não há registro do recebimento dessas informações. O
49 Presidente e a Agência Peixe Vivo esclarecem que não houve envio até

50 momento. Heleno Maia informa, ainda, que foi convidado pela entidade dos
51 amigos da Serra do Elefante para participar da visita técnica da Comissão de
52 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de
53 Minas Gerais, mas não foi possível a participação por coincidir com a agenda
54 desta plenária. Encerrada a fase de discussão, a ata é colocada em votação.
55 Registram abstenção por não terem participado da reunião anterior os seguintes
56 membros: Adilson Ramos – SINDÁGUA, Gabriela Andersen – Sindextra,
57 Vanessa Buzzi – Vale S.A, Marcela Prado – Semad, Arnaldo Freitas – CEFET,
58 Germano – OAB e Eli Carlos – EMATER. Não havendo manifestações
59 contrárias, a ata da 42ª Reunião Extraordinária é aprovada por maioria, com as
60 abstenções registradas. **3. Eleição e Posse da Diretoria do CBH Paraopeba,**
61 **Gestão 2025-2027.** Na sequência da reunião, a presidência solicita que a
62 Comissão Eleitoral assuma a condução do processo de eleição da diretoria do
63 Comitê. O conselheiro Germano Luiz cumprimenta os presentes e explica que a
64 comissão avaliou todo o processo conforme o edital, assegurando a lisura e a
65 regularidade da apresentação da chapa e da eleição. É informado que a chapa
66 candidata encaminhou previamente, por e-mail, o plano de trabalho para o biênio
67 2025/2027, destacando a continuidade das metas alcançadas na gestão anterior
68 e a intenção de avançar nas ações propostas. Não havendo questionamentos
69 ou manifestações adicionais dos conselheiros, Germano Luiz ressalta o
70 cumprimento de todas as normas e parabeniza os integrantes da chapa pela
71 disposição em dar continuidade à administração do comitê. A conselheira Maria
72 de Lourdes propõe que, diante da existência de chapa única, a eleição seja
73 realizada por aclamação. A plenária concorda, não havendo objeções. Assim, a
74 chapa é reconduzida para a gestão 2025/2027. A nova diretoria é oficialmente
75 parabenizada e convidada a reassumir a mesa de trabalhos. É realizada a
76 assinatura simbólica do termo de posse, acompanhada de registro fotográfico,
77 ficando pactuado que os membros assinarão o documento formal também junto
78 ao SEI posteriormente. A diretoria eleita agradece a confiança dos conselheiros
79 e reafirma o compromisso de trabalhar em prol da gestão das águas da Bacia do
80 Rio Paraopeba. Concluído o processo eleitoral, a presidência retoma a condução
81 da pauta, passando ao próximo item. **4. Discussão e deliberação sobre**
82 **doação para manutenção da sede do CBH Paraopeba.** A Gerente de
83 Integração da Agência Peixe Vivo, Ohany Ferreira, contextualiza o tema,
84 relembrando que na última reunião foi acordado apresentar um comparativo de
85 custos para auxiliar a decisão sobre o interesse do comitê em continuar
86 recebendo a doação para manutenção dos custos de aluguel da sede do CBH
87 Paraopeba. Ohany explica que o aluguel da sede é de R\$ 15.500,00 mensais,
88 valor que atualmente não é pago pela Agência Peixe Vivo, mas coberto pela
89 doação de um usuário. Caso a doação seja mantida, o comitê poderá continuar
90 no espaço; se não, será necessário buscar outro imóvel, pois não será possível
91 arcar com o custo com recursos de custeio. Ohany Ferreira detalha os custos de
92 manutenção da sede atual, destacando a necessidade de investimento em
93 instalação de ar-condicionado, orçado em aproximadamente R\$ 73.000,00 com
94 pagamento único, além da manutenção periódica. Também há previsão de
95 contratação de serviço de segurança para ativar o sistema de câmeras existente,
96 com custo médio mensal de R\$ 1.500,00, e de gastos com sonorização para as
97 reuniões plenárias, que hoje são realizados por contratação externa, em torno
98 de R\$ 6.000,00 por evento, incluindo gravação e equipamentos e lanche. Ohany
99 Ferreira acrescenta que foi feito um levantamento de imóveis alternativos na

100 região, com valores de aluguel entre R\$ 5.000,00 e R\$ 13.000,00, mas nenhum
101 deles comporta um plenário, o que obrigaría o comitê a alugar espaços para cada
102 plenária, a exemplo de outros comitês estaduais. Como comparação, Ohany
103 Ferreira cita que as últimas plenárias do Comitê do Rio das Velhas custaram, em
104 média, R\$ 16.000,00 cada, considerando locação, equipamentos, sonorização e
105 lanches. Ohany Ferreira reforça que a decisão do plenário é essencial, pois, caso
106 não haja interesse em manter a doação ou caso o doador descontinue o aporte,
107 será necessário desocupar o prédio e buscar nova sede. Na sequência, a
108 conselheira Andréa de Oliveira questiona se, em caso de instalação dos
109 aparelhos de ar-condicionado e necessidade de desocupação do imóvel, seria
110 possível remover e reaproveitar os equipamentos em outro local. A Gerente de
111 Integração da Agência Peixe Vivo, esclarece que o ar-condicionado, se
112 adquirido, será comprado com recursos de custeio da Agência e serão
113 removidos. No entanto, ela alerta que, devido às características dos demais
114 escritórios da Agência, que são menores e já equipados, há o risco de os
115 aparelhos ficarem ociosos. Informa ainda, que a sede da Agência em Belo
116 Horizonte, por ser imóvel tombado, não permite instalação de ar-condicionado,
117 o que limita alternativas de uso. Questionada sobre o contrato de doação, Ohany
118 Ferreira informa que a doação que cobre o valor do aluguel se encerra em breve,
119 motivo pelo qual o tema é trazido à deliberação. Caso não haja interesse do
120 doador em renovar a doação, será necessário buscar outro imóvel. Explica que
121 o contrato de doação é firmado por um ano, com possibilidade de prorrogação,
122 mas depende de negociação a cada renovação. A conselheira Gabriela
123 Andersen manifesta apoio à continuidade da doação, destacando sua
124 importância para manter a estrutura do comitê, mas solicita esclarecimentos
125 sobre os procedimentos legais e a formalização do processo. Ela questiona se a
126 doação é feita em comodato do imóvel ou em recursos financeiros para
127 pagamento do aluguel e pergunta sobre o acesso ao documento que formaliza
128 a transação a fim de garantir transparência e conformidade com as normas
129 estaduais. Ohany Ferreira responde que já existe um termo de doação assinado
130 e informa que o documento está disponível no novo site do comitê, que é lançado
131 nesta data. Diante das informações, a presidência destaca a necessidade de
132 definição sobre a manutenção da doação e a permanência no imóvel, bem como
133 a formalização das tratativas com o doador caso haja interesse em continuar
134 com o atual modelo de custeio. A Gerente de Integração esclarece que o contrato
135 atual prevê a retirada de todos os investimentos feitos no imóvel em caso de
136 saída, não caracterizando benfeitoria. Diz ainda que o Usuário doador paga
137 diretamente a locação do imóvel para o proprietário. Altino Rodrigues destaca a
138 relevância da economicidade na gestão dos recursos pagos pelos usuários da
139 bacia e propõe que o comitê avalie alternativas para reduzir custos, como a
140 realização de plenárias itinerantes ou virtuais, o que ampliaria a integração dos
141 membros e diminuiria despesas com aluguel e infraestrutura. Ressalta que,
142 embora a estrutura atual seja confortável e diferenciada, o valor de aluguel e o
143 investimento em ar-condicionado podem comprometer outras ações. Altino
144 Rodrigues também sugere ampliar parcerias com instituições como CREA,
145 Copasa, FAEMG, além de órgãos públicos que dispõem de auditórios e espaços
146 que poderiam ser utilizados em regime de colaboração. Arnaldo Freitas, apoia a
147 fala de Altino Rodrigues sobre a importância da mobilidade para realização das
148 assembleias e coloca o CEFET à disposição para sediar reuniões, lembrando
149 que já recebeu palestras do Comitê e possui estrutura adequada. Gabriel Maciel

150 considera o espaço atual ótimo e defende a permanência enquanto houver
151 doação, ressaltando o conforto, a localização conhecida e a economia
152 proporcionada. Gabriel Maciel avalia que investimentos em ar-condicionado
153 podem ser adiados, já que a ventilação é satisfatória e a plenária é de curta
154 duração. Guilherme da Silva, entende que a prioridade deve ser aproveitar a
155 sede enquanto houver doação, evitando gastos desnecessários com
156 climatização, móveis fixos e sugere adquirir apenas o indispensável, como
157 ventiladores ou ar-condicionado para o servidor, já que não há garantia de
158 permanência a longo prazo. Guilherme da Silva relembra que, historicamente,
159 Betim é a cidade que garante maior quórum nas reuniões presenciais, mas
160 considera viável alternar encontros e cita ainda a possibilidade de uso de
161 auditórios da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal e outros
162 espaços em Betim. Germano Luiz concorda com Guilherme e propõe que a
163 plenária se manifeste de forma objetiva sobre a aceitação da doação, dando
164 legitimidade ao acordo com o doador. Adilson Ramos, reforça que, enquanto não
165 houver custos para o Comitê, a manutenção da sede é a opção mais adequada,
166 pois é onde há quórum. Ele também apoia a aquisição apenas de equipamentos
167 essenciais e menciona que sua entidade está concluindo a construção de uma
168 sede em Belo Horizonte, com auditório para 230 pessoas, que poderá ser
169 disponibilizado futuramente. Por fim, Guilherme Silva lembra que Belo Horizonte
170 não faz parte da bacia do Paraopeba, o que pode dificultar a utilização de
171 espaços fora da área de abrangência do Comitê. Fúlvio Rodriguez diz que em
172 relação a questão da doação, a plenária já está em consenso, contudo sugere
173 que as outras questões, como formato de reunião (se presencial, virtual,
174 itinerante ou sempre em Betim) sejam tema para outras deliberações. Sua
175 proposta é alternar as reuniões em presencial e virtual e as presenciais
176 alternarem entre itinerantes e na sede, inclusive, nas itinerantes combinando
177 com uma visita técnica a fim de otimizar a viagem. O conselheiro Eli Carlos inicia
178 sua fala pedindo desculpas por ser novo no comitê e solicita esclarecimentos
179 sobre a doação recebida, buscando compreender se ela pode gerar
180 constrangimentos ou influências nas tomadas de decisão do colegiado. Declara
181 que, quanto aos investimentos na sede, considera prudente reduzir os aportes
182 neste momento, em razão da falta de estabilidade quanto ao uso do espaço
183 físico, entendendo que investimentos elevados poderiam ser prematuros ou
184 prejudiciais. O presidente Heleno Maia responde afirmando que não há qualquer
185 tipo de vínculo, amarra ou constrangimento decorrente da doação recebida pelo
186 comitê. Esclarece que o termo de doação se encontra disponível no site oficial,
187 podendo ser consultado por todos os membros, e que o documento trata de
188 forma explícita as questões de transparência e idoneidade da doação. Heleno
189 informa ainda que a outorga da empresa Minerinvest, responsável pela doação,
190 permanece válida por mais dez anos, não havendo, portanto, qualquer relação
191 imediata com processos de renovação de outorga ou decisões que possam
192 comprometer a independência do comitê. O conselheiro Rodrigo Gonçalves
193 manifesta interesse em estabelecer uma parceria para construção da sede do
194 Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) Rio Paraopeba no município de Betim.
195 Informa que a cidade dispõe de ampla área verde e diversos parques,
196 destacando um terreno de aproximadamente 33 hectares localizado no Mirante
197 da Várzea das Flores, adquirido em parceria com a Gasmig. Rodrigo explica que
198 o terreno possui condições adequadas de infraestrutura, incluindo espaço
199 ambiental e estacionamento, e afirma que o município de Betim está disposto a

200 viabilizar a parceria, com a possibilidade de doação da área ao IGAM ou ao
201 Estado, visando a instalação da sede do comitê. Gabriela Andersen manifesta
202 sua intenção de abster-se da votação, afirmando que prefere agir com cautela,
203 por não possuir segurança técnica sobre o procedimento de recebimento da
204 doação. Explica que não acompanhou o processo desde o início, não dispõe de
205 informações detalhadas sobre a formalização da doação, e que sua abstenção
206 é uma decisão pessoal, sem questionamento quanto à idoneidade do processo
207 ou da gestão do comitê. O presidente Heleno reforça que, no passado, o comitê
208 já enfrentou dificuldades ao utilizar espaços cedidos por outras instituições,
209 como a Prefeitura de Betim, onde houve perda de bens sem controle direto do
210 comitê, o que gerou transtornos administrativos. Destaca que, por isso, é
211 fundamental que o comitê mantenha autonomia e controle total sobre o espaço
212 que utiliza, evitando dependência de outras entidades. O Presidente
213 complementa que qualquer nova proposta de cessão de espaço, seja por parte
214 da Prefeitura de Betim, CEFET, ou outras instituições, deverá ser submetida à
215 deliberação da plenária, garantindo transparência e segurança institucional.
216 Destaca que, independentemente de quem ceda o imóvel, a decisão final sempre
217 passa pela plenária, assegurando transparência. Heleno Maia lembra que, no
218 passado, as reuniões itinerantes enfrentavam dificuldades de quórum, o que
219 mudou significativamente após a instalação da sede atual, onde todas as
220 reuniões tiveram quórum para votação. E ressalta que as instituições que
221 ofereceram seus espaços foram apenas para a reunião e não para a sede do
222 comitê. Além de mencionar que quando ele era Secretário do CBH Paraopeba
223 raramente havia quórum para as reuniões virtuais, e que hoje; em seu mandato,
224 onde todas as plenárias são presenciais não houve uma reunião sem quórum.
225 Não havendo mais questionamentos, o presidente do Comite abre a votação;
226 Maria de Lourdes declara voto contrário, por alinhamento interno da instituição.
227 Gabriela Andersen mantém a abstenção, pelos motivos explicitados
228 anteriormente. Maria Letícia e Márcia Cristina se abstêm, manifestando
229 preocupação com a eventual relação entre a doação e processos de outorga.
230 Heleno Maia reitera que a manutenção da sede não implica favorecimento, pois
231 não há transferência de recursos ou compromissos que comprometam a
232 autonomia do Comitê. O plenário aprova, por maioria, a continuidade da doação
233 da sede do Comitê, com registro de votos contrários e abstenções. Registra-se
234 o compromisso de disponibilizar aos membros do plenário o plano de trabalho
235 do contrato de gestão que valoriza iniciativas de busca de recursos externos para
236 investimentos na bacia. Encerrada a votação, a presidência encaminha para o
237 próximo ponto da pauta. **5. Discussão e Deliberação da minuta da DN que**
238 **cria a comissão permanente de revisão de atos relacionados às atividades**
239 **críticas em processos de doação e parcerias no âmbito do CBH Paraopeba,**
240 **e dá outras providências.** Durante a reunião, é apresentada para discussão a
241 minuta de Deliberação Normativa que cria a comissão permanente de revisão de
242 atos relacionados a atividades críticas, processos de doação e parcerias no
243 âmbito do CBH Rio Paraopeba. Gabriela Andersen solicita esclarecimentos,
244 ressaltando a existência de legislação estadual sobre o tema, como o Decreto
245 Estadual nº 48.444, que estabelece procedimentos para doação de bens móveis
246 e serviços na administração pública. Ela questiona se a minuta considera esses
247 dispositivos e pergunta se o Comitê possui personalidade jurídica própria ou se
248 está vinculado ao IGAM. Ohany Ferreira esclarece que o Comitê não possui
249 personalidade jurídica, sendo a Agência Peixe Vivo a entidade que exerce a

250 função de Secretaria Executiva e assina os termos de doação. Informa, também,
251 que a proposta da minuta foi elaborada pela assessoria jurídica da Agência Peixe
252 Vivo, buscando resguardar o Comitê e dar maior segurança aos processos de
253 doação e parceria. Taís Guimarães complementa que a minuta foi construída
254 com base em normas análogas, tanto estaduais quanto federais, adaptadas à
255 realidade do Comitê. Ela explica que o CBH ocupa uma posição singular no
256 Sistema Estadual de Recursos Hídricos, pois é administrado por uma entidade
257 privada, mas deve seguir princípios de direito público, com regramentos
258 específicos definidos pelo órgão gestor, no caso o IGAM. É ressaltado que, para
259 algumas situações, o IGAM edita portarias que adaptam decretos estaduais às
260 particularidades dos Comitês, como no caso da concessão de diárias.
261 Entretanto, no que se refere a doações e parcerias, ainda não existe um
262 regramento específico, razão pela qual a deliberação é proposta para preencher
263 essa lacuna até que haja norma superior. Taís Guimarães frisa que o objetivo da
264 deliberação é assegurar segurança e, principalmente, transparência, com
265 definição de etapas, competências, documentos exigidos e proibições, permitindo o
266 acompanhamento social e institucional de cada processo. A
267 presidência, então, abre a votação da minuta da Deliberação Normativa (ADN).
268 Durante a votação, Gabriela Andersen manifesta abstenção, alegando
269 insegurança quanto à plena compatibilidade da minuta com a legislação estadual
270 que trata de doações. Na sequência, Marcela Cristina também se abstém, pelo
271 mesmo motivo. Não havendo votos contrários, o presidente proclama a
272 aprovação da minuta, registrando as duas abstenções. Encerrada a votação, o
273 Presidente solicita a formação da comissão, pedindo que cada segmento indique
274 um representante, além de um membro da diretoria. A comissão é formada por
275 Usuários: Gabriela Andersen – Sindistra; Poder Público: Márcia Cristina –
276 Município de Caetanópolis; Sociedade Civil: Germano Luiz – OAB, e Diretoria:
277 Natália de Vasconcelos – Município de Jaceaba. A presidência reforça que a
278 comissão terá caráter técnico e deliberativo, servindo para analisar e aperfeiçoar
279 os procedimentos. Ohany Ferreira destaca que a partir desta reunião todos os
280 documentos oficiais do comitê, como deliberações e moções aprovadas, serão
281 publicadas no site do Comitê em até dez dias após cada encontro. Nada mais
282 havendo a tratar, Heleno Maia da sequência a nova pauta: **6. Discussão e**
283 **Deliberação da minuta da DN que dispõe sobre as diretrizes para o**
284 **recebimento de doações de bens, recursos e serviços por pessoas físicas**
285 **ou jurídicas ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, e dá outras**
286 **providências.** Ohany Ferreira esclarece que esta DN complementa a
287 deliberação anterior, sendo que a primeira trata da composição da comissão
288 responsável e a segunda define os procedimentos a serem seguidos. Ressalta
289 ainda que o texto incorpora boas práticas de transparência e prevenção de
290 conflitos de interesse. O conselheiro Guilherme da Silva manifesta preocupação
291 quanto à existência no texto de termo expresso assegurando que eventuais
292 doações ou parcerias não impliquem em benefícios relacionados à concessão
293 de outorgas ou qualquer outro favorecimento por parte do comitê. É confirmado
294 que a redação contempla essa garantia. Em seguida, o presidente Heleno Maia
295 abre o processo de votação, solicitando manifestação dos conselheiros. A
296 conselheira Gabriela Andersen declara abstenção, justificando que mantém a
297 posição adotada na votação anterior. A conselheira Marcela Prado também se
298 abstém, alegando questões técnicas semelhantes às já apresentadas. Não
299 havendo outras manifestações contrárias, o presidente declara a deliberação

300 aprovada pela maioria com as devidas abstenções, e dá sequência à reunião,
301 iniciando o próximo ponto de pauta.**7. Discussão e Deliberação da minuta da**
302 **DN que altera a composição do Grupo de Trabalho do Fórum Águas do**
303 **Paraopeba (GT Fórum) e dá outras providências.** Heleno Maia coloca a
304 minuta da deliberação normativa em votação que é aprovada por unanimidade,
305 então encaminha-se para os informes, próxima pauta. **8.1. I Fórum Águas do**
306 **Paraopeba.** Ohany Ferreira toma a palavra e informa que irá apresentar os
307 pontos encaminhados pela coordenadora do Grupo de Trabalho (GT), Fernanda
308 Lobo, que não pôde participar da reunião. Explica que o GT foi criado com o
309 objetivo de planejar e realizar o Fórum Águas do Paraopeba, iniciativa do Comitê,
310 e que já foram realizadas diversas reuniões e articulações para sua execução.
311 Ohany destaca que, embora o evento esteja avançado em seu planejamento,
312 surgiu a questão de que o local proposto para sua realização, o auditório do
313 CEFET, em Belo Horizonte, está fora dos limites da bacia do Rio Paraopeba.
314 Relata que, a pedido do presidente Heleno Maia, foi feita consulta ao IGAM sobre
315 a possibilidade de realizar o evento em município fora da bacia. Segundo o
316 retorno do IGAM, não há impedimento legal, desde que haja justificativa, uma
317 vez que os recursos do comitê devem ser utilizados preferencialmente dentro da
318 bacia. Ohany Ferreira reforça que o CEFET ofereceu ampla estrutura
319 gratuitamente, incluindo auditório, salas de apoio, equipamentos de som e
320 transmissão, restando apenas pequenas contratações por parte da Agência
321 Peixe Vivo, como lanche, crachás e impressões, por exemplo. O membro do GT,
322 Gabriel Maciel, manifesta-se, destacando que o CEFET oferece uma estrutura
323 de alto nível, que seria inviável financeiramente em outros locais, estimando um
324 custo de aproximadamente 70 mil reais caso o espaço precisasse ser contratado.
325 Ressalta que a parceria com o CEFET garante economia e visibilidade ao
326 comitê, e que a data e o espaço já estão reservados, dependendo apenas da
327 decisão do plenário para confirmação. Em seguida, o representante do CEFET,
328 Arnaldo Freitas, complementa as informações, afirmando que a instituição
329 possui capacidade para cerca de 200 participantes, com ambiente climatizado,
330 gravação, transmissão e área para exposições. Ressalta que alunos e equipe
331 técnica do CEFET poderão colaborar na organização e que o evento está sendo
332 planejado para ocorrer em outubro, durante a Semana Nacional de Ciência e
333 Tecnologia, o que favorece a participação do público acadêmico. Arnaldo reitera
334 que a direção do CEFET já aprovou e protocolou o evento, disponibilizando
335 oficialmente o espaço, e reforça que a única pendência é a deliberação do comitê
336 sobre a realização fora da bacia. Argumenta que, pela logística e acesso
337 facilitado a palestrantes e convidados externos, Belo Horizonte se mostra uma
338 opção viável e estratégica. Andréa de Oliveira questiona a duração do evento, e
339 Arnaldo informa que será de um dia, com possibilidade de expansão em futuras
340 edições. Maria de Lourdes reforça que a proposta atende ao princípio da
341 economicidade e está prevista no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), podendo
342 ser aprovada pela plenária. Altino Rodrigues manifesta apoio, argumentando que
343 Belo Horizonte mantém relação direta com a bacia, por depender do Paraopeba
344 para seu abastecimento. Ressalta ainda o valor simbólico e técnico da realização
345 em ambiente acadêmico e sugere estender o convite a outros campos do
346 CEFET. Fúlvio Rodriguez questiona a abrangência da regra de aplicação de
347 recursos “preferencialmente na bacia” e Maria de Lourdes esclarece que a
348 legislação anterior restringia o uso exclusivamente à bacia, mas a atual
349 flexibilizou a norma, permitindo o uso em outras localidades mediante

350 justificativa. Guilherme da Silva apoia a proposta, embora lamenta que o primeiro
351 fórum não ocorra dentro da bacia. Sugere o mapeamento de auditórios e
352 espaços parceiros em municípios da bacia para futuras edições. Winston
353 Caetano também apoia a realização no CEFET, ressaltando o momento
354 importante de visibilidade do Comitê e sugerindo incluir, na programação, um
355 painel sobre o abastecimento de Belo Horizonte com águas do Paraopeba.
356 Arnaldo Freitas informa que a programação está 80% definida e que o
357 conselheiro Altino Rodrigues integrará uma das mesas redondas, abordando o
358 tema do uso múltiplo da água na bacia. Heleno Maia reforça que a consulta ao
359 IGAM visava garantir segurança jurídica à decisão. Em seguida, o presidente
360 Heleno Maia coloca a proposta em votação, que é aprovada por unanimidade; o
361 Fórum Águas do Paraopeba será realizado no CEFET-MG, em Belo Horizonte,
362 com apoio da Peixe Vivo e do GT responsável pelo evento.**8.2. Evento balanço**
363 **da gestão da Diretoria – 25/08/2025.** No encerramento da reunião, é
364 apresentado o último informe, referente ao evento “Balanço da Gestão da
365 Diretoria – 25/08/2025”. O Heleno explica que tal evento foi para mostrar os
366 resultados do plano de trabalho desenvolvido durante o mandato que se encerra
367 no dia 12 de setembro. A iniciativa busca dar transparência às ações da diretoria,
368 demonstrando as entregas realizadas e reforçando o compromisso com a gestão
369 participativa. Altino Rodrigues toma a palavra, destacando a importância do
370 momento para evidenciar o crescimento e amadurecimento do CBH Paraopeba.
371 Ele relembra que, ao longo dos anos, o Comitê enfrentou dificuldades para
372 avançar em suas metas, mas que atualmente encontra um rumo sólido, pautado
373 pelo diálogo democrático e pela participação ativa dos membros. Altino
374 Rodrigues enfatiza que, apesar das divergências de opiniões, o objetivo comum
375 é a gestão eficiente dos recursos hídricos. O conselheiro relata que o evento
376 contou com a presença de representantes do Poder Judiciário, Legislativo e
377 Executivo do município de Betim, além de membros da diretoria, com exceção
378 do Guilherme da Silva que por compromissos prévios, não pôde comparecer.
379 Altino Rodrigues parabenizou a diretoria pelo trabalho realizado e celebra a
380 continuidade da gestão por mais dois anos, reforçando a importância da unidade
381 e do debate coletivo para a construção de soluções.**9. Assuntos Gerais.** O
382 presidente destaca sua preferência pelas reuniões presenciais, relatando
383 experiências pessoais que reforçam a importância do contato direto entre os
384 membros, relembrando de situações em que, em reuniões virtuais, era difícil
385 reconhecer os conselheiros, o que gerava constrangimentos em encontros
386 presenciais posteriores. Ressaltou que, com a adoção do modelo presencial, o
387 Comitê vem alcançando quórum pleno e resultados mais produtivos,
388 fortalecendo a integração entre os participantes e ampliando a visibilidade
389 institucional. O presidente argumenta que os encontros presenciais permitem
390 maior interação e comprometimento, evitando dispersão dos membros durante
391 as discussões, como frequentemente ocorre em reuniões online. Afirma que,
392 atualmente, o CBH Paraopeba é mais reconhecido por órgãos públicos, como o
393 Ministério Público, que agora busca parcerias e convida o Comitê para reuniões,
394 sinalizando o fortalecimento da atuação e da imagem institucional. Em seguida,
395 Natália de Vasconcelos, manifesta opinião divergente e propõe que seja avaliada
396 a possibilidade de realizar uma porcentagem de reuniões virtuais, considerando
397 a extensão da bacia do Paraopeba e a dificuldade de deslocamento dos
398 conselheiros de suas regiões. Natália de Vasconcelos sugere que encontros
399 para tratar de temas menos complexos, que não envolvam deliberações críticas,

400 possam ocorrer de forma remota, e finaliza deixando para o plenário a decisão
401 final sobre a adoção do modelo. A plenária acolhe a proposta como um assunto
402 a ser deliberado em momento futuro, reconhecendo a importância de equilibrar
403 as reuniões virtuais com as presenciais. Na sequência, Altino Rodrigues
404 apresenta alguns convites e informes: Destaca a participação do CBH
405 Paraopeba no ENCOB, que ocorrerá em Vitória, ressaltando a relevância do
406 evento para o fortalecimento da representação dos comitês em nível estadual e
407 nacional. Informa que contribuirá em uma capacitação da Agência Nacional de
408 Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre recursos hídricos e saneamento,
409 salientando que, apesar do alto custo das obras, o Comitê pode atuar para
410 estimular ações que favoreçam o saneamento e, consequentemente, a
411 qualidade da água. Convida os membros para a plenária do CBH São Francisco,
412 que acontecerá em Belo Horizonte nos dias 16 e 17 deste mês, sendo o primeiro
413 dia destinado à última reunião da atual gestão e o segundo à posse da nova
414 diretoria. O conselheiro ressalta a presença do Heleno Maia que estava presente
415 na última reunião da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco onde
416 fez grandes contribuições do ponto de vista de ação e inspirou com a história do
417 CBH Paraopeba. Antes de finalizar, Altino Rodrigues retoma proposta anterior,
418 feita em outra reunião, de criar um grupo de trabalho integrado entre comitês
419 estaduais e o Comitê Federal para enfrentar a questão das ocupações
420 irregulares às margens de represas. Informa que, no dia 3, por determinação do
421 Procurador da República Federal em Sete Lagoas, ocorreu uma ação de
422 desocupação de Área de Preservação Permanente (APP) na Foz do Rio
423 Paraopeba, nas margens da represa. Relata que, embora a medida tenha
424 buscado corrigir irregularidades ambientais e sanitárias, foi executada sem aviso
425 prévio às comunidades locais. Altino Rodrigues ressalta a importância de
426 distinguir ocupações legítimas das ocupações irregulares, lembrando que
427 algumas possuíam anuência da CODEVASF, gestora do reservatório à época.
428 Após manifestações da população e de instituições locais, a operação foi
429 paralisada. O conselheiro alerta para a necessidade do Comitê da Bacia do Rio
430 Paraopeba acompanhar mais de perto essas questões, considerando o impacto
431 social e ambiental das ações de desocupação, sobretudo sobre famílias em
432 situação de vulnerabilidade. Em seguida, Altino Rodrigues agradece o apoio do
433 presidente Heleno Maia nas articulações entre o Comitê do Paraopeba e o
434 Comitê do São Francisco, reforçando a importância do processo de integração
435 entre as bacias. O conselheiro Guilherme da Silva apresenta preocupação com
436 a eleição do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorrerá
437 durante o ENCOB. Ele observa que as chapas concorrentes não foram
438 apresentadas na plenária dos CBHs que acompanha: CBH Velhas e Paraopeba.
439 Impossibilitando que os conselheiros deliberassem de forma adequada. Sugere,
440 então, que o representante do Paraopeba se abstenha de votar e que, em futuras
441 eleições, as chapas sejam previamente apresentadas aos comitês para que
442 cada plenária defina o voto de maneira clara, democrática e transparente. Altino
443 Rodrigues comenta sobre o processo eleitoral relacionado, destacando que a
444 condução das propostas e chapas é uma característica própria de cada comitê.
445 Relata que, durante sua gestão à frente do Comitê SF4, apresentou e debateu
446 propostas, mas, no momento atual, o tema foi tratado apenas no Fórum Mineiro,
447 com a presença do representante do Fórum Nacional, inclusive na reunião de
448 Paracatu. Segundo Altino Rodrigues, outros comitês não apresentaram chapas
449 concorrentes, pois já conheciam a posição majoritária dos comitês de Minas

450 Gerais, evitando, assim, o embate direto. Explica que defender uma proposta
451 exige preparo e firmeza, o que não se verificou por parte dos ausentes. Dessa
452 forma, houve alinhamento em apoio à chapa 1, que segue para reeleição. O
453 conselheiro relembra que a atual gestão do Fórum Nacional trouxe avanços
454 significativos, como a criação de grupos de trabalho e pautas temáticas,
455 inexistentes em gestões anteriores, quando o fórum se limitava à organização
456 de eventos anuais, como o ENCOB, sem maior aprofundamento técnico. Afirma
457 que o Fórum Nacional atualmente tem conteúdo e relevância, citando sua própria
458 participação em capacitações promovidas em parceria com a ANA e com o
459 IGAM. Conclui defendendo a manutenção do apoio à chapa atual por mais dois
460 anos, ressaltando que a abstenção neste momento significaria perder a
461 oportunidade de fortalecer uma gestão que tem representado bem os comitês
462 mineiros, sugerindo que em um próximo ciclo seja possível construir uma
463 candidatura própria, com base nas propostas apresentadas pelo conselheiro
464 Guilherme da Silva. Surge então um debate sobre abstenção de voto. Alguns
465 conselheiros defendem que a abstenção é um direito legítimo e, neste caso,
466 funciona como uma forma de registrar que a decisão não foi previamente
467 discutida no comitê. Heleno Maia argumenta que se abster demonstra falta de
468 posicionamento e reduz a legitimidade para futuras cobranças sobre a diretoria
469 eleita. Há manifestações no sentido de que o voto expressa compromisso com
470 o processo, enquanto a abstenção poderia sinalizar desinteresse. Por outro lado,
471 conselheiros ponderam que podem ocorrer situações em que uma abstenção é
472 necessária, seja por falta de informação ou por orientações institucionais, e que
473 a mudança de voto é sempre possível caso novos argumentos surjam durante a
474 votação. Encerrado o assunto, o conselheiro Winston Caetano questiona o
475 andamento da proposta de monitoramento da fauna aquática no Rio Paraopeba
476 e sugere uma visita técnica à Retiro Baixo, especialmente em razão da
477 proximidade do período da piracema, para avaliar a transposição de peixes e as
478 ações de manejo. E alerta para a pesca que continua ocorrendo no rio, apesar
479 de recomendações de órgãos de saúde, e para os riscos à população ribeirinha.
480 O presidente responde que não existe legislação que proíba a pesca no local,
481 lembrando que a Constituição garante a liberdade de ação, salvo restrição legal.
482 Ressalta que, apesar das recomendações de saúde, a fiscalização estadual é
483 limitada e o poder público não dispõe de estrutura suficiente para coibir a prática.
484 A conselheira Marcela Cristina esclarece que a pesca permanece proibida na
485 região. Informa que o IGAM realiza o monitoramento da qualidade da água
486 mensalmente, e que a competência sobre a proibição da pesca é da área da
487 saúde pública. Ressalta que está verificando com sua equipe qual foi o
488 instrumento legal que determinou a restrição. Destaca que há sinalizações e
489 placas educativas informando a população sobre o risco potencial do consumo
490 de peixes, visto que ainda estão em andamento os estudos de risco. Explica que,
491 apesar dos alertas e das ações de educação ambiental, algumas pessoas
492 continuam a pescar na região, assumindo os riscos de forma individual. Marcela
493 Cristina reforça que não há afirmação de contaminação dos peixes, mas que o
494 rio recebe diversos efluentes, apresentando carga poluidora significativa,
495 inclusive de fontes não relacionadas à mineração. Salienta que o Estado e o
496 empreendedor (Vale) cumpriram suas obrigações, instalando placas e
497 realizando campanhas informativas. No entanto, reconhece que não há meios
498 de impedir totalmente a pesca ilegal, situação semelhante à pesca durante o
499 período da piracema, o que evidencia a complexidade de restringir o acesso a

500 recursos públicos naturais, mesmo diante dos riscos conhecidos. Em seguida
501 Ohany Ferreira informa, em resposta ao Winston Caetano, que os trabalhos de
502 monitoramento avançam conforme os moldes apresentados por Rayssa na
503 reunião anterior. Esclarece que o processo está em fase final, com a licitação já
504 concluída e a empresa vencedora definida, restando apenas a assinatura do
505 contrato. Apresenta, em seguida, atualizações sobre o site do Comitê da Bacia
506 do Rio Paraopeba, que já está no ar e reúne diversas informações para consulta
507 pública. Explica que, na aba "Comitê", é possível acessar a composição do
508 plenário, diretoria, câmaras técnicas, grupos de trabalho, além de convocações,
509 atas, regimento interno, deliberações, moções e normas relacionadas aos
510 recursos hídricos. Informa que o site também possui seções sobre a bacia
511 hidrográfica, os instrumentos de gestão, e os projetos em andamento. Destaca
512 o relatório bimestral ("report") das ações, os editais abertos, e a situação de cada
513 processo licitatório, incluindo contratos firmados, valores, empresas contratadas
514 e objetos das licitações. Aponta ainda que são disponibilizados atos de dispensa,
515 chamamentos públicos, termos de parceria, contrato de gestão, plano de
516 trabalho, relatórios de gestão e avaliação do IGAM, além de relatórios trimestrais
517 de execução financeira e do custeio da Peixe Vivo. Menciona a existência de um
518 Painel BI de acompanhamento do PPA que permite consultas filtradas por região
519 e projeto, facilitando o acompanhamento das ações e saldos financeiros. Em
520 relação à comunicação, informa que a licitação da agência responsável ocorrerá
521 em 19 de setembro, e, até lá, a Peixe Vivo segue alimentando a aba "Agenda"
522 do site. Ressalta que o calendário oficial das reuniões e atividades está sendo
523 atualizado, incluindo eventos dos grupos de trabalho e, a pedido do presidente
524 Heleno, a agenda institucional da presidência. Por fim, comunica que o
525 presidente participará, no dia 16 de setembro, em Brasília, de uma audiência
526 pública sobre as ações de recuperação das áreas atingidas pelo desastre de
527 Brumadinho, representando o Comitê. Heleno Maia ao final, registra que, apesar
528 das divergências, prevalece o entendimento de que as decisões do comitê
529 devem ser precedidas de ampla discussão interna, garantindo que votos e
530 posicionamentos representem de fato a deliberação coletiva.**10. Encerramento.**
531 Não havendo outros assuntos, o Presidente declara encerrada a 43^a
532 (quadragésima segunda) reunião, desejando boa tarde a todos. A ata foi lavrada
533 por mim, Elaine de Oliveira (Agência Peixe Vivo), que após ser enviada para os
534 conselheiros será aprovada na reunião seguinte. Betim, 05 de setembro de 2025.



Heleno Maia Santos Marques do Nascimento
Presidente